



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15876 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

A FORMAÇÃO DOCENTE DE PROFESSORES DA ESCOLA NORMAL MACEIOENSE (1860-1900): desafios e contribuições

Edlene Cavalcanti Santos - UFAL - Universidade Federal de Alagoas

A FORMAÇÃO DOCENTE DE PROFESSORES DA PRIMEIRA ESCOLA NORMAL MACEIOENSE (1860-1900): desafios e contribuições

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo objetivou compreender como ocorreu a formação docente de professores da primeira Escola Normal maceioense no período (1860 – 1900). Investigou-se o processo de constituição da Escola Normal, a partir da legislação, das políticas educacionais, o Regulamento da Escola Normal de Alagoas de 26 de junho de 1869 e o Compêndio que deu sustentação ao curso. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto e o da pesquisa documental além das obras raras consultadas nos acervos disponíveis do Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Pública de Alagoas. Realizamos um levantamento bibliográfico de autores da época, elegendo Humberto Vilela (1869), como nosso referencial teórico. Na pesquisa documental, os dados já se encontravam nos documentos que foram coletados, registrados, analisados, para em seguida interpretá-los, buscando apresentar os desafios impostos para a formação das primeiras professoras do ensino primário maceioense e as contribuições que surgiram no decorrer da formação..

2 A ESCOLA NORMAL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE

No decorrer do Século XIX, a insuficiência dos saberes elementar (leitura, escrita e cálculo) para a formação do homem moderno passou a ser cada vez mais propalada nos países europeus e nos Estados Unidos da América. O que ensinar ao povo passou a fazer parte dos

debates políticos acerca da educação popular. Para Lima (2009), o período de 1822 a 1889 foi marcado por intensas transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. No cenário nacional, houve uma disseminação de leis, regulamentos e decretos relacionados à educação. Estes eram fundamentados nos países considerados civilizados. O objetivo era a constituição de um sistema educacional pautado na hierarquia estabelecida socialmente, ou seja: o processo de institucionalização escolar dá-se no decorrer do Império brasileiro, observadas as especificidades com respeito aos níveis e modalidades educacionais.

Nesse contexto, observou-se alguns estudos sobre a Escola Normal maceioense a partir de 1864 ano de sua criação, utilizando-se as pesquisas sobre a história da educação alagoana, na legislação e nas políticas educacionais, assim como nos trabalhos apresentados em eventos que discutem a História da Educação no Brasil, e em Alagoas. O período foi caracterizado por diversas tensões com relação ao ensino e, de igual modo, pelas mudanças que aconteceram na sociedade brasileira no momento denominado Primeira República. A responsabilidade da “missão” (aspa do autor) de formar homens e mulheres capazes de acompanhar e atuar nessa marcha rumo a um estado mais moderno seria o professor primário. A valorização da escola primária também passaria pela valorização da Escola Normal, lugar de onde saíam os professores a fim de desempenharem sua vocação.

Segundo Verçosa (1997), no que diz respeito à educação, Alagoas acompanhava o mesmo perfil de dificuldades do Império. Em 1836 foi regulamentado o funcionamento das escolas de primeiras letras, transcorrido assim vinte anos de autonomia político-administrativa. Nesse século iria se concretizar a evolução do comércio no Estado, como consequência do processo de expansão da fronteira para outras regiões do país, dando origem a toda sua organização política, social e cultural que caracterizava o período monárquico e o discurso ideológico de democratização e obrigatoriedade da instrução primária, VERÇOSA (1997, p. 160).

Nessa direção, destacamos a obra *A Escola Normal de Maceió – 1869 a 1937*, em que Vilela (1982) traça um percurso sobre a efetivação da Escola Normal, o processo de constituição a partir da legislação e das políticas educacionais, em especial, o art. 19 da Lei n. 424 de 18 de Junho de 1864, sancionada pelo Vice Presidente da Província das Alagoas Roberto Calheiros de Mello e o Regulamento da Escola Normal de Alagoas de 26 de junho de 1869, até as primeiras décadas do século XX. Mas, foi em 1869 que se concretizou o funcionamento da Escola Normal maceioense, regulamentado em 9 de junho de 1869. Segundo Galvão & Araújo (1869), o Regulamento da Escola Normal, de 26 de junho de 1869, competia em seu Art. 1º:

Haverá no Liceu desta cidade um curso normal, onde serão recebidos todos aqueles que se quiserem habilitar para o professorado da instrução primária. (Palácio do governo das Alagoas, em Maceió, 26 de junho de 1869 – José Bento da cunha Figueiredo Junior).

Destarte, a discussão sobre a criação da Escola Normal foi objeto de atenção e cuidados

de diferentes governos. Os presidentes provinciais reconheciam os problemas da educação e apontavam a necessidade de se investir na formação dos professores. Nesse entendimento, tornou-se imprescindível refletir sobre as práticas e saberes que constaram da legislação do ensino, nos discursos dos intelectuais que pensavam a Instrução Pública e a Escola Normal de Alagoas. Nesse contexto, o Curso Normal ofertado no Liceu, tinha como objetivo preparar os professores com foco nas cadeiras de Pedagogia e Metodologia. Foi nomeado o Dr. Joaquim José de Araújo, como único professor do Curso Normal e primeiro Diretor da referida Escola.

Outro destaque da época que auxiliou esta organização foi à publicação de Compêndios. O primeiro Compêndio de Pedagogia Prática foi de autoria do Prof. Araújo, e estava dividido em duas partes. A primeira parte divide-se em 15 capítulos, já a segunda compõe-se de 28 capítulos, O Compêndio aborda desde as questões da mobília da escola, até chegar aos prêmios e castigos. É realmente um manual prático de orientação do trabalho docente. Sendo assim, não dava prioridade à formação teórica sólida. Há uma desvinculação dos problemas econômicos, políticos e sociais que a nação brasileira enfrentava. Essas obras fizeram parte da preparação docente de professores da Escola Normal.

2.1 Formação Docente: desafios para a implantação

Segundo Vilela (1982) o processo de formação de professores em Alagoas manteve algumas similaridades com o da maioria das províncias do Brasil. Inicialmente, o presidente da província alagoana, Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em 1837, “insiste na ideia de enviar um professor à Corte para praticar o método Lancaster ou mútuo e, mais tarde, criar-se uma Escola Normal”. No entanto, esse método em Alagoas não se propagou, pois com a ideia da criação da Escola Normal haveria uma preparação mais específica para o magistério (VILELA, p. 43, 1982).

A Resolução n. 424 composta de 24 artigos, tratando do nº 1 a 18 e dos 20 a 24, da diretoria da Instrução Pública, pelo qual se destaca o artigo 19, que pela sua importância histórica, ora transcrevemos, é todo dedicado à Escola Normal:

“Art. 19” – O Governo estabelecerá na capital uma escola normal de instrução primária em que se ensinarão, em curso de dois anos, o desenho linear e todas as matérias exigidas na presente lei para o ensino primário, além dos diversos métodos e processos de ensino, sua aplicação e vantagens comparativas.

Nesse contexto, estava criada a Escola Normal em Alagoas, conforme Ata de criação da Escola Normal maceioense em 9 de junho de 1869, (VILELA, Humberto 1869 – 1937). mas seu funcionamento só aconteceu cinco anos depois da Lei de implantação. Assim, àquelas pessoas que tinham interesse em ser professor ou professora da instrução primária, dispunha de uma escola preparatória, que passou a funcionar em uma das salas do Liceu. Em relação aos critérios estabelecidos para ser normalista, conforme publicado no Diário das Alagoas, edição de 7 de julho de 1869, p. 3, (escrita conforme o Diário das Alagoas), exigia-

se:

1. Ter pelo menos, 16 anos de idade;
2. Provar em exame estar instruído em leitura, noções gerais de grammatica nacional, escripta, e nas quatro operações de arithmetica sobre números inteiros;
3. Apresentar atestado de boa conducta civil e moral.

A partir daí, examinando-se a questão pedagógica, em articulação com as transformações que se processaram na sociedade brasileira ao longo dos últimos dois séculos, pode-se perceber que as disciplinas escolares, não diferentemente, vão se constituindo a medida que os sistemas de instrução pública se modificam e são adaptados ao funcionamento das escolas.

Nesse sentido, o currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Logo, deveriam guiar-se pelas coordenadas pedagógico-didáticas. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico (SAVIANI, 2008, p. 143).

2.2 O Lugar de Formação do Professor Primário: contribuições da Escola Normal maceioense

Segundo Martins, (2009), a partir do final do século XIX e início do século XX, observa-se uma dupla preocupação no processo de formação de professores para o ensino primário, a profissionalização e uma nova conformação moral e social daqueles que pretendiam ensinar. Na Reforma do Ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz apareciam exigências rigorosas para o exercício do magistério público e particular. O professor deveria apresentar provas de moralidade e capacidade para ocupar a cadeira de professor. Quanto ao elemento feminino que se dispunha educar, as exigências morais atingiam a vida privada, precisavam apresentar requerimentos de boa idoneidade moral atestados por autoridades às futuras normalistas que precisavam matricular-se no curso da Escola Normal ou certidões, além disto, o professor deveria vestir-se decente, porque a sua aparência também atestava a sua boa conduta e moralidade.

Nesse contexto, a Escola Normal trouxe uma nova perspectiva à formação de professores, que segundo Vilela (2008), se tornou possível, através da institucionalização da profissão docente, o “estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional”, (VILELA, 2008, p. 30). Deve-se ressaltar aqui, a intenção de caracterizar o saber do professor, considerando a preocupação com a formação docente dos professores para o ensino primário, com base nos modelos prescritos da época, para a caracterização do saber do professor.

A orientação curricular designada e adotada para a Escola Normal tinha como primeiras orientações um currículo para a formação de professores surgida com o 1º Regulamento, de 26 de junho de 1869, organizado por Dr. Joaquim José de Araújo. O Regulamento era constituído de 18 Artigos, referentes à estrutura, organização e currículo do

curso de formação de professores para o ensino primário. Assim, nessa compreensão, evidenciamos alguns artigos (4º, 5º, 6º e 7º) deste Regulamento, destacados:

O Art. 4º - O curso normal será completo em dois anos, sendo as matérias de ensino distribuídas na razão de duas cadeiras para cada ano, (VILELA apud REGULAMENTO DA ESCOLA NORMAL DE 26 DE JUNHO DE 1869, 1882, p. 103-104). Sobre as aulas práticas, os Art. 5º, 6º, 7º do 1º Regulamento da Escola Normal, de 26 de junho de 1869, menciona:

Art. 5º - Uma das escolas públicas da capital, designada pela presidência, terá a denominação de escola prática e nela os alunos do curso normal serão obrigados a fazer os exercícios práticos, desde que se tenham matriculado no 2º ano, sob a direção do respectivo professor, comparecendo a ela logo depois das aulas do curso.

Art. 6º - o professor da escola normal dará ao professor da escola prática todas instruções precisas, e inspecionará os trabalhos da dita escola sempre que julgar conveniente.

Neste aspecto, as exigências desses artigos se estendem até o ano de 1890, expondo maiores detalhes (Palácio do Governo das Alagoas, em Maceió, 26 de junho de 1869 – José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, (GALVÃO, 1869-1870)).

Os normalistas de cada ano do curso serão divididos em três turmas, cabendo a cada dia uma delas, a prática de ensino em dois dias por semana.

Os normalistas do 1º ano serão exercitados no ensino primário do 1º grau; os do 2º ano, no 2º grau; e os do 3º no 3º grau.

Os normalistas do 3º ano, nos dias de prática de ensino, farão preleções sobre as matérias do 3º grau perante os respectivos professores. Estas preleções versarão sobre as lições do dia, nas diferentes classes e serão feitas aos respectivos discípulos, tendo cada normalista, 20 minutos para expor o assunto. Durante este exercício, só o professor da escola modelo poderá interromper o expositor para guia-lo ou corrigi-lo.

O normalista que der, na prática de ensino, durante o ano, dez faltas desabonadas ou vinte justificadas, não poderá fazer exames das matérias do ano a que corresponder a prática, (Cf. VILELA, 1982, p. 133).

Art. 7º - o número de meninos admitidos na escola prática não excederá a 60 (VILELA, 1982, p. 104).

Assim, a necessidade de se exercitarem os candidatos ao magistério na prática do ensino, levaram os idealizadores das Escolas Normais a sempre anexarem a estas uma ou mais escolas primárias. O Relatório Ministerial de 1866, o Projeto João Alfredo (1874) e a Reforma Leôncio de Carvalho (1878) são exemplos disso; pois, todos fazem referência ora a um Curso de Aplicação, ora a uma Escola Modelo para o exercício da prática. Evidenciamos

também o Art. 8º e conforme Vilela (1982) este artigo estabelece que, ao concluírem as disciplinas estudadas, os normalistas deveriam passar por uma banca de exame, afim de comprovar conhecimentos da teoria e prática, Desde então essa instituição serviu de referência para a história da educação maceioense. Contudo, mudanças foram efetivadas ao longo da caminhada, como alterações na sua estrutura pedagógica e administrativa, em função dos movimentos conjunturais em Alagoas, bem como no Brasil. Estudos ainda serão precisos fazê-los, é o que se propõe nesta investigação.

2.3 Resultados e discussões da pesquisa

O estudo identificou que as orientações bem como as formas e exigências para a formação das primeiras normalistas alagoanas no período pesquisado (1860-1900), foram determinantes, assim como as influências pelas quais o futuro professor absorveria para ensinar aos seus futuros alunos.

Destarte, não era uma formação em nível superior, nem secundário, era basicamente uma formação em nível primário com uma pincelada de metodologia ou didática (o “como ensinar”). A Escola Normal trouxe uma nova perspectiva à formação de professores quando tornou possível através da institucionalização da profissão docente o “estabelecimento de um saber especializado e um conjunto de normas que constituíram esse campo profissional” (VILLELA, 2008 p.30),

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas foram as intenções que desde a primeira metade do século XIX, estava explícita nos documentos de alguns dirigentes das províncias. Essas preocupações permearam a trajetória histórica da Escola Normal nas principais cidades brasileiras, igualmente em Maceió. A busca por um profissional da educação mais qualificado, em conformidade com os novos princípios de urbanidade, esteve presente nas discussões e nas reformas educacionais no início do século XX (ACCÁCIO, 1993, p.41).

Observou-se que a formação de professores era determinante para atingir os objetivos pretendidos à educação, mas também que o Currículo para normalistas era pautado em aprender os conteúdos que iriam ensinar nas escolas primárias. A partir daí, a escola foi buscando acompanhar as reformas, preconizando o enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores e, ao mesmo tempo, com ênfase nos exercícios práticos de ensino; foi se materializando pela criação da Escola-Modelo anexa à Escola Normal, sendo a principal inovação da reforma. Nesse sentido, entendeu-se que o preparo dos novos professores exigia a organização curricular, com a preparação dos conteúdos científicos e a preparação didático-pedagógica para garantir, de fato, professores bem formados. Nesse modelo, o padrão de Escola Normal tendeu a se firmar e se expandir em Alagoas, assim como em todo o país.

4 REFERÊNCIAS

ACCÁCIO, Liéte de Oliveira. **Instituto de Educação do Rio de Janeiro: A História da**

Formação do Professor Primário (1927-1937), 1993, 331p. Dissertação (Mestrado em Educação). UFRJ, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, J. J. de. **Compêndio de Pedagogia Prática**. Salvador: Typografia dos Dois Mundos, 1886. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/compendiodepedagogiapratica.pdf>. Acesso em: 16 maio 2017.

DIÁRIO DAS ALAGOAS. Edição de 7 de julho de 1869, p. 3,

LIMA, Thelma Jackeline de. **A instrução pública na Província de Alagoas. 1835 a 1846**. Artigo publicado no ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

MARTINS, Angela Maria Souza. **Breves reflexões sobre as primeiras escolas normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX**. Anais do VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Campinas, SP: FE/UNICAMP: HISTEDBR, 2009.

GALVÃO, Olímpio Eusébio de Arroxelas & ARAÚJO, Tibúrcio Valeriano de. **Compilação das Leis Provinciais das Alagoas de 1835 a 1872**. Maceió, 1869 – 1870, t. V, p. 399 a 402.

SAVIANE, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2008a.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Caminhos da Educação em Alagoas: da colônia aos dias atuais**. Maceió: Catavento, 2001

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do ensino Superior em Alagoas – verso & reverso**, Maceió: EDUFAL, 1997A/B.

VILELA, Humberto. **A Primeira Casa Escolar de Maceió**. Maceió: 2008. Edufal, 1980.

VILELA, Humberto. **A Escola Normal de Maceió (1869 – 1937)**. Maceió: Edufal, 1982, p. 75; p. 92-96.

VILLELA, H. O. S. **A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX**. In: ARAÚJO, J. C S; FREITAS, A. G. B. de F; LOPES, A. P. C. (orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.